

# MAIOR INSERÇÃO DE OFICIAIS DO SEGMENTO FEMININO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ DA ONU<sup>1</sup>

## *GREATER INSERTION OF OFFICIALS FROM THE FEMALE SEGMENT OF THE BRAZILIAN AIR FORCE IN UN PEACEKEEPING OPERATIONS*

**Ana Paula da Paixão Miranda<sup>2</sup>**  
Simone Aparecida Alves Lima Boero\*

### RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa sobre o quantitativo de mulheres oficiais da Força Aérea Brasileira nas Missões de Paz das Nações Unidas, pesquisa esta que buscou compreender os motivos que as levam a serem voluntárias e os que restringem o seu voluntariado. Com a publicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no ano de 2000, a temática das mulheres como agentes promotoras da paz tornou-se um dos focos de ação da ONU. Tal medida visa incentivar maior participação feminina nos processos decisórios, na prevenção de crimes de violência sexual e na proteção de indivíduos, principalmente de mulheres e meninas. Para isso, a Resolução propõe aos Estados-Membros a instauração de planos para aumentar o número de mulheres como *Peacekeepers*. O Brasil, por meio da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, procura atender aos requisitos de quantitativo da ONU com convocações, seleções e treinamentos destinados às voluntárias do segmento feminino. Utilizando a análise bibliográfica e documental, além de um questionário, foi delineado o perfil pessoal e profissional das mulheres Oficiais da Força Aérea Brasileira em Missões de Paz. Observou-se que há a necessidade de maior incentivo à participação feminina de Oficiais subalternas em tais Missões, tendo em vista que, de acordo com as respostas obtidas, o maior fator restritor da participação é a distância da família, principalmente pelo fato de as militares terem filhos pequenos. Além disso, outros fatores, como proficiência em línguas estrangeiras e falta de conhecimento sobre o voluntariado, também foram óbices citados pelas militares.

**Palavras-chave:** Força Aérea Brasileira; Missão de Paz; Mulheres militares.

---

<sup>1</sup> Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) da Academia da Força Aérea (AFA).

<sup>2</sup> Cadete Aviadora do 4º Esquadrão (Turma Orthrus, 2023).

\* Professora de Língua Portuguesa da Academia da Força Aérea. Formada em Letras pela FCLAR-UNESP-Araraquara. Mestre e Doutora em Estudos Literários pela mesma instituição (2006 e 2013). E-mail: slboero@gmail.com.

## ABSTRACT

This article studied the number of women officers of the Brazilian Air Force in the United Nations Peacekeeping Missions, seeking to understand the reasons that lead them to be volunteers and those that restrict their volunteering. With the publication of Resolution 1325 of the United Nations Security Council, in the year 2000, the issue of women as agents promoting peace became one of the focuses of UN action. This measure aims to encourage greater female participation in decision-making processes, in the prevention of crimes of sexual violence, and in the protection of individuals, especially women and girls. To this end, the Resolution proposes that Member States introduce plans to increase the number of women as Peacekeepers. Brazil, through the Women, Peace and Security Agenda, seeks to meet the UN's quantitative requirements with calls, selections and training for female volunteers. Using bibliographical and documentary analysis, as well as a questionnaire, the personal and professional profile of female Brazilian Air Force Officers in Peacekeeping Operations was outlined. It was observed that there is a need for greater incentives for the female participation of subaltern officers in such Missions, considering that, according to the responses obtained, the greatest restricting factor for participation is the distance from the family, mainly because the soldiers have children. small. In addition, other factors such as proficiency in foreign languages and lack of knowledge about volunteering were also obstacles cited by the military.

**Keywords:** Brazilian Air Force; Peacekeeping Mission; Military women.

## INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional fundada, oficialmente, em 24 de outubro de 1945, e tem como objetivo unir as nações do mundo em proveito da paz e do desenvolvimento, por meio dos princípios de justiça, dignidade humana e bem-estar da sociedade (UNITED NATIONS, 2022). Por meio da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança (CSNU), do Conselho Econômico e Social e de outros órgãos da Organização, os 193 Estados-membros podem dialogar e mediar negociações, a fim de lidar em conjunto com os grandes desafios ligados à humanidade, como a manutenção da paz, da segurança, dos direitos humanos, o desarmamento, a ajuda humanitária, o terrorismo, entre outras questões. A sua missão e a forma de trabalho estão contidas na Carta das Nações Unidas.

Um dos propósitos das Nações Unidas é declarado em sua Carta, no Artigo 24, no qual se afirma que os membros das Nações Unidas concordam que o Conselho de Segurança tem a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais, com o objetivo de garantir uma ação pronta e eficaz. Além disso, eles concordam que o referido Conselho aja em nome dos membros

no cumprimento dos deveres associados a essa responsabilidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 20).

Para cumprir este artigo, o CSNU institui as missões de manutenção da paz, que são operações realizadas por nações soberanas, sob a bandeira da ONU, em território de outra nação soberana que se encontra em conflito bélico ou em que se estejam violando os direitos humanos, de forma que não trate essa nação beligerante como inimiga, mas como uma nação em busca da paz (MORAES, 2021).

A primeira Missão de Paz foi realizada em 1948, no Oriente Médio. A Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF-1) foi criada para monitorar a assinatura do Acordo de cessar-fogo entre Israel e seus vizinhos árabes. Desde então, mais de 60 Missões de Paz foram realizadas (MORAIS, 2018).

Até 1991, as Missões de Paz limitavam-se à observação de armistícios e ao alívio de tensões sociais. Para isso, observadores militares e tropas equipadas com armamento leve eram enviados ao local do conflito. Após a Guerra Fria (1947-1991), houve uma expansão do campo de atuação da ONU pela qual se começou a atuar em “missões multidimensionais” (DOUTRINA CAPSTONE, 2008). Esse novo tipo de operação busca fornecer bases para uma paz sustentável, por meio não só de tropas que auxiliam na segurança, mas também em quesitos sociais como respeito aos direitos humanos, auxílio na realização de eleições democráticas, restituição de governos legítimos, apoio ao retorno de populações refugiadas, entre outros.

Dessa maneira, o Brasil, como um dos Estados-membros das Nações Unidas, é um dos mais tradicionais contribuintes com efetivos militares para missões de manutenção da paz (LANNES, 1998). Parte disso se deve à sua postura de prezar pela cooperação e paz entre as nações, conforme estabelecido no Artigo 4 da Constituição (1988), e outra parte à sua condição de Estado-membro fundador da citada Organização, uma vez que, de acordo com a Carta, “todos os Membros fornecerão às Nações Unidas toda assistência em qualquer ação a que elas recorrerem de acordo com a presente Carta” (ONU, 1945).

No âmbito das Missões de Paz da ONU, O CSNU tem adotado diversas resoluções visando à maior integração entre os órgãos promotores da paz e do apreço pelos direitos humanos (PAIVA, 2018). Dessa forma, aquele Conselho convoca os estados-membros a aderirem a esses valores e a recrutarem mais mulheres como agentes promotoras da paz, seja em componente militar, policial ou civil, para que se tenham homens e mulheres trabalhando de forma igualitária em prol da resolução dos conflitos.

Para isso, foi aprovada a Resolução 1325, no ano de 2000, que visa melhorar o papel das mulheres na manutenção da paz e segurança internacional, incentivando a participação feminina nos processos decisórios, na prevenção da violência sexual e na proteção de indivíduos, principalmente mulheres e meninas (DPKO GUIDELINES, 2010). Além disso, outras resoluções como a 1820, 1889, 1960 e 2242 vieram para complementar e ratificar a participação das mulheres na prevenção e resolução de conflitos.

Nesse sentido, observa-se a importância que a presença de mulheres uniformizadas tem, pois aumenta o senso de segurança da população local, amplia as redes de coleta de informação, facilita o levantamento de informações sigilosas para solução e prevenção de crimes de natureza sexual, além de promover uma melhor interação com mulheres em sociedades locais, e servirem como modelo para mulheres locais (PNA, 2017).

Em conformidade com esses benefícios, o Brasil, por meio de suas Forças Armadas, vem buscando atender a essa demanda das Nações Unidas, com convocações, seleções e treinamentos de militares femininas para exercerem funções nas Operações de Paz. E, graças a esses esforços, o número de militares brasileiras em Missões de Paz vem aumentando a cada ano (UNITED NATIONS, 2023).

A Força Aérea Brasileira (FAB) ratifica, por meio da ICA (Instrução do Comando da Aeronáutica) 35-14 “Participação de Militares do COMAER em Operações de Paz”, os principais fatores motivadores para incentivar os Oficiais da FAB a participarem de Operações de Paz, dentre eles temos a contribuição para ajuda humanitária, de forma a prestar assistência a refugiados e deslocados; oportunidade de trabalhar e conviver com oficiais de outras nações de diferentes culturas; representar a FAB perante a comunidade internacional; além de difundir o conhecimento adquirido no âmbito da FAB (BRASIL, 2020, p.10).

Dessarte é preciso indagar-se: quais são os fatores motivadores e restritivos para que as Oficiais sirvam em Missões de Paz? Dessa maneira, o presente trabalho visa levantar dados sobre o aumento do quantitativo feminino das Forças Armadas Brasileiras, em especial das Oficiais da FAB em operações de manutenção da paz, buscando entender o(s) fator(es) que as leva(m) a serem voluntárias, bem como os possíveis fatores que impedem o seu voluntariado.

O objetivo geral deste artigo é analisar os fatores motivadores e os impeditivos relacionados à participação de mulheres Oficiais da Força Aérea Brasileira em Missão de Paz da ONU. Para tanto, há os seguintes objetivos específicos: elaborar questionário a ser respondido por Oficiais da Força Aérea Brasileira que já participaram de Missão de Paz e as que dela não participaram; delinear,

mediante a análise empreendida, o perfil das Oficiais da FAB que atuam/atuaram em Missão de Paz da ONU; e comparar este perfil com o que preconizam a Resolução 1325, o Plano Nacional de Ação e a Estratégia de Paridade de Gênero.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND), documento de mais alto nível de planejamento que rege as ações destinadas à defesa do país, sobretudo quanto às ameaças externas:

A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional (BRASIL, 2020, p. 17).

Nesse documento, estão contidos os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), que apontam a necessidade da contribuição do país na manutenção da paz e da segurança internacionais. Para isso, o Brasil precisa aperfeiçoar o preparo de suas Forças Armadas, a fim de que estas possam desempenhar responsabilidades cada vez maiores em missões de paz e ações humanitárias sob a égide de organizações multilaterais (BRASIL, 2020, p. 24-25).

A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, institui as ações estratégicas de médio e longo prazo, bem como estabelece diretrizes para preparação e capacitação das Forças Armadas. O documento também destaca a tradição do Brasil em ser defensor do diálogo e da convivência harmoniosa, de modo que deve estar preparado para atender às demandas de participação em Operações de Paz, sob a égide da ONU ou de organismos multilaterais (BRASIL, 2020, p. 32).

Ademais, tem-se o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), que funciona como uma peça da Diplomacia de Defesa, cujo objetivo é compartilhar e esclarecer às nações vizinhas as motivações e finalidades dos instrumentos militares, o que permite maior transparência dos critérios de emprego das Forças Armadas. Nesse documento é exaltado o desempenho dos militares brasileiros, devido aos treinamentos recebidos e à formação profissional adquirida, bem como é ressaltada a importância das Missões de Paz, que possibilitam às Forças participantes a oportunidade de aprimorar e aperfeiçoar seus sistemas operacionais e logísticos (BRASIL, 2020, p. 105).

Dessa forma, a ONU, por meio do CSNU, é responsável pelos assuntos relacionados à paz e à segurança mundial, de modo a evitar que a humanidade sofra novamente com os horrores da guerra. Para isso, todos os Estados-Membros devem cumprir com as decisões do Conselho, de acordo com a Carta das Nações Unidas (BRASIL, 2013, p. 19).

Paralelamente, sabe-se que as disparidades de gênero no acesso a recursos, influência e autoridade têm impacto na posição das mulheres na sociedade. Em outras palavras, as posições e profissões são classificadas em uma hierarquia, com os homens ocupando os níveis mais altos de poder e prestígio. A percepção da guerra, paz e segurança internacional está tradicionalmente ligada à figura do militar masculino, uma vez que esses assuntos são associados ao sexo masculino (DANTAS, 2018).

Nesse contexto, torna-se clara a importância de se estudar a presença feminina na área de Defesa Nacional e Forças Armadas. Ao longo dos anos, observou-se uma onda de transformação nas Forças Armadas dos países ocidentais, com destaque para a evolução da participação feminina. A adoção de novos modelos de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, bem como no âmbito político e social dos países, promoveu mudanças na percepção do papel da mulher. Em alguns países, o contexto de guerra e pressões democráticas desempenharam um papel importante nesse fenômeno (ROCHA, 2017).

No Brasil, assim como em muitos países ocidentais, as mulheres também começaram a ser incorporadas ao meio militar. No entanto, o processo que ocorreu aqui teve particularidades, pois foi motivado principalmente por questões domésticas<sup>3</sup>. A regulamentação da incorporação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras teve início nos anos 1980, sendo a Marinha a primeira das Forças a permitir esse acesso (DANTAS, 2018).

No entanto, mesmo após a sua entrada regulamentada, a participação das mulheres ficou inicialmente restrita a cargos administrativos, auxiliares e à área da saúde. A incorporação feminina para servir nas armas de comando e combate foi limitada até o final do século XX. Somente em 1996, a Academia da Força Aérea brasileira permitiu o acesso de mulheres no Curso de Formação de

---

<sup>3</sup> O período de abertura política do Regime Militar Brasileiro que ocorreu por volta do ano de 1974, bem como a recessão econômica que o país vivenciava, decorrente das crises que alastravam os países desenvolvidos e em desenvolvimento, tornaram o Brasil com um ambiente favorável a mudanças. Nesse momento, as Forças Armadas também passaram por modificações, sendo uma delas a incorporação feminina. Esse fato, somado à falta de efetivo masculino, motivada pela crise econômica e política pelas quais o país passava, foram fatores que explicam a introdução da mulher na instituição militar brasileira (DANTAS, 2018).

Oficiais Intendentes da Aeronáutica<sup>4</sup> (CFOINT), e, em 2003, no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV). No entanto, nas Academias Militares da Marinha e do Exército, a presença feminina em cargos de combate só foi autorizada a partir de 2014 e 2017, respectivamente (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

Diante de tal cenário, com mudanças nas esferas política, social e cultural, no ano de 2000, com o objetivo de reduzir o sofrimento de inocentes e aumentar a participação feminina nos processos decisórios relativos à paz mundial, o CSNU aprovou, por unanimidade, a Resolução nº 1325.

Insta os Estados Membros a assegurarem um aumento da representação das mulheres em todos os níveis dos processos decisórios em instituições e mecanismos nacionais, regionais e internacionais e mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos;  
Encoraja o Secretário-Geral a executar seu plano de ação estratégico no qual solicita um aumento da participação das mulheres nos níveis decisórios na resolução de conflitos e nos processos de paz.;  
Encoraja o Secretário-Geral a nomear mais mulheres como representantes especiais e enviadas especiais para realizar missões de bons ofícios em seu nome, e a esse respeito, solicita aos Estados Membros que apresentem candidatas ao Secretário-Geral para a inclusão em lista centralizada atualizada periodicamente (CSNU, 2000).

Essa resolução foi a pioneira em tratar sobre a proteção dos direitos de mulheres e meninas em conflito armado, o combate à impunidade em crimes de gênero, a promoção da igualdade de gênero em operações de manutenção da paz e o aumento da participação das mulheres em atividades de pacificação, antes, durante e após o conflito armado (FRITZ, 2010).

Após essa Resolução, diversas outras foram criadas visando à maior participação de mulheres como agentes promotoras da paz. Dentre elas, a Resolução 1889 (2009), na qual foi instaurado pelo CSNU o tema Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na agenda daquele órgão. Para cumprir com essa Agenda, o Brasil, assim como os outros Estados-Membro do Conselho, elaborou o chamado Plano Nacional de Ação (PNA), na busca pela promoção da igualdade de gênero nos assuntos relacionados à paz e à segurança internacional (PNA, 2017).

A decisão pela criação desse Plano partiu da observação dos representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, de Defesa e da Secretaria de Políticas para as Mulheres de que o Brasil não era suficientemente engajado nos assuntos relacionados a gênero e conflitos armados, não estando, portanto, alinhado com a Agenda MPS. Assim, em 31 de outubro de 2015, durante um debate aberto

---

<sup>4</sup> Para ampliar o conhecimento acerca da inserção das mulheres na vida da caserna, sugere-se a leitura da tese de doutorado da Prof<sup>a</sup> Emília Takahashi, *Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar* (2002).

dos 15 anos da Agenda MPS, o início da elaboração do Plano foi formalmente anunciado ao CSNU (PNA, 2017).

A elaboração deste Plano deu-se por um Grupo de Trabalho (GT), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e composto por representantes do Ministério da Defesa, das três Forças Armadas, do Ministério da Justiça, e de membros da sociedade civil como a ONU-Mulheres. A partir daí, diversas reuniões e eventos foram realizados de forma que, em 8 de março de 2017, o Plano foi oficialmente lançado com vigência de 2 anos, entretanto, com o processo de revisão, esse teve uma extensão de 4 anos em sua vigência (REBRAPAZ, 2019).

No âmbito internacional das Missões de paz da ONU, o Secretário-Geral definiu, em 2018, a Estratégia para a Paridade de Gênero de Pessoal Uniformizado. Esta política estabeleceu metas para aumentar a representação das mulheres em Missões de Manutenção da paz da ONU no período de 2018-2028, diferenciando se são militares, policiais ou oficiais de justiça (DPO, 2018).

Essa estratégia estabeleceu que a cada ano, a partir de 2018 até 2028, deveria haver um aumento de 1% no quantitativo de mulheres militares em Missões de Paz, de forma que em 2028 chegue-se a um total de 25% de mulheres participando de missões individuais e 15% em contingente de tropa (DPO, 2018).

De acordo com o Instituto Igarapé (2019, p. 2), o Brasil, em setembro de 2019, contava com 61 militares brasileiros em missão individual, sendo 5 mulheres (8%). Para alcançar a meta de 2019, de 16%, em um total de 61 brasileiros, seria necessário enviar mais 5 mulheres em missão individual. No final de 2022, o Brasil já contava com 13 mulheres de um total de 62 militares brasileiros em missão individual, conseguindo, portanto, superar a meta de 19% daquele ano.

Vale ressaltar também o estudo feito pela *Global Affair Canada* (GAC), agência governamental canadense, chamado de “Iniciativa Elsie para Mulheres em Operação de Paz” que visa desenvolver medidas inovadoras para que haja uma mudança transformacional em relação à participação significativa das mulheres em Missão de Paz da ONU. Esse estudo identificou e descreveu 14 barreiras para a implantação dessas mulheres, de forma que foram organizadas em seis categorias: igualdade de acesso às oportunidades, critérios de implantação, ambiente de trabalho, restrições familiares, igualdade de tratamento na implantação e oportunidade de progressão na carreira (GUITTONI; LEHOUCK; WATSON, 2018, p. 2).

Baseado neste estudo, o Coronel Aviador Marcelo de Moura Silva descreveu, em seu artigo científico, em que medida as Barreiras elencadas pela Iniciativa Elsie se aplicam à realidade das mulheres de carreira da FAB. O autor realizou pesquisas destinadas às Oficiais de diversas

Organizações Militares (OMs) da Aeronáutica, efetuando perguntas pessoais sobre o estado civil e quantidade de filhos e outras sobre a vertente profissional como a segurança em dirigir veículos 4x4, confiança em manusear armas de fogo e proficiência nas línguas estrangeiras, de forma que todos esses aspectos estavam relacionados ao estudo canadense citado anteriormente (SILVA, 2019).

Paralelamente ao estudo do Coronel Moura, há aquele desenvolvido pela Capitã Camila Paiva intitulado “Maior Inserção de Militares do Segmento Feminino do EB em Missão de Paz sob a Égide da ONU”, que também serviu de referência para este artigo. No estudo em questão, a Capitã realizou um questionário destinado às Oficiais e Graduadas do Exército Brasileiro em busca de informações sobre os fatores que as levam a serem voluntárias em Missões de Paz, bem como os que interferem em seu voluntariado (PAIVA, 2018). As opções de faixa etária utilizadas serão as mesmas utilizadas no questionário do presente artigo, de forma que se possa dar prosseguimento à pesquisa realizada pela Capitã e obter um conhecimento complementar e atualizado sobre o perfil das Oficiais da FAB, quanto ao tema em estudo.

## **2 METODOLOGIA**

Visando ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos deste trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de se buscarem informações em artigos científicos sobre a participação feminina em Missões de Paz da ONU. Ainda com a intenção de se alcançarem os objetivos propostos, foi necessária uma pesquisa documental, em que foram verificados diversos regulamentos e documentos oficiais divulgados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo Ministério da Defesa e por outros órgãos oficiais, dentro da temática em foco.

Ademais, com o propósito de delinear o perfil dessas militares e verificar os fatores que interferem no seu voluntariado ou o restringem, aplicou-se um questionário, via Google Forms, com perguntas abertas e fechadas, destinado às Oficiais do corpo feminino das Força Aérea Brasileira, de forma voluntária e sem a interferência da pesquisadora. Este instrumento, por sua vez, foi encaminhado tanto às mulheres que participaram/participam de Missão de Paz (GRUPO 1) quanto às que dela não participaram (GRUPO 2). Para determinar as participantes do GRUPO 1 da pesquisa, realizou-se contato com o Estado Maior da Aeronáutica, visando-se descobrir este quantitativo, e obteve-se a informação que 8 mulheres já participaram de Missão de Paz anterior e 3 estão cumprindo atualmente. Já o GRUPO 2 é composto pelas Oficiais da FAB que não participaram de Missões de Paz, selecionadas pela técnica de Snowball. Tal metodologia, segundo Bernard (2005), é utilizada em

pesquisas qualitativas para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou quando não há precisão sobre sua quantidade. Para a realização de uma amostragem em Snowball, um intermediário inicial, denominado de semente, localiza e aponta pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada. Vale ressaltar que a semente pode ser, inclusive, um dos participantes. As pessoas indicadas são solicitadas a indicarem mais pessoas. Dessa maneira, a amostra que antes era de difícil acesso, expande-se satisfatoriamente (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa pela Plataforma Brasil. A quantidade de participantes deste GRUPO 2 inicialmente contada foi de 03, selecionadas em virtude de a pesquisadora ter o conhecimento prévio de que elas se interessavam pelo tema estudado. A participante 1 é Major do quadro de Intendência; a participante 2 é Tenente do quadro de Aviação; a participante 3 é Tenente Coronel do quadro de Intendência. O contato inicial ocorreu por mensagem telefônica. A quantidade total foi determinada, no entanto, após o encerramento do prazo estipulado pela pesquisadora para que o questionário fosse respondido (28/04/23). Desse modo, pode-se comparar o perfil pessoal e profissional destas com o das do GRUPO 1. Ressalta-se que, embora tanto as participantes do GRUPO 1 quanto as do GRUPO 2 tenham recebido o questionário, este transcorreu de forma voluntária, e as participantes puderam não aceitar participar. Dessa maneira, empreendeu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois desenvolveu-se a interpretação das respostas obtidas, utilizando-se de gráficos e tabelas, e posterior análise e discussão dos resultados. Quanto ao objetivo geral, esta pesquisa possui caráter exploratório, visto que o questionário aplicado foi uma ferramenta que auxiliou no levantamento do perfil dessas militares, com perguntas sobre a vida pessoal e profissional delas. Vale ressaltar que a base desse método exploratório é o levantamento bibliográfico previamente realizado, pois este trabalho pode servir como complemento a outras pesquisas já realizadas sobre a participação de mulheres militares em Operações de Paz, citadas nas referências bibliográficas deste artigo.

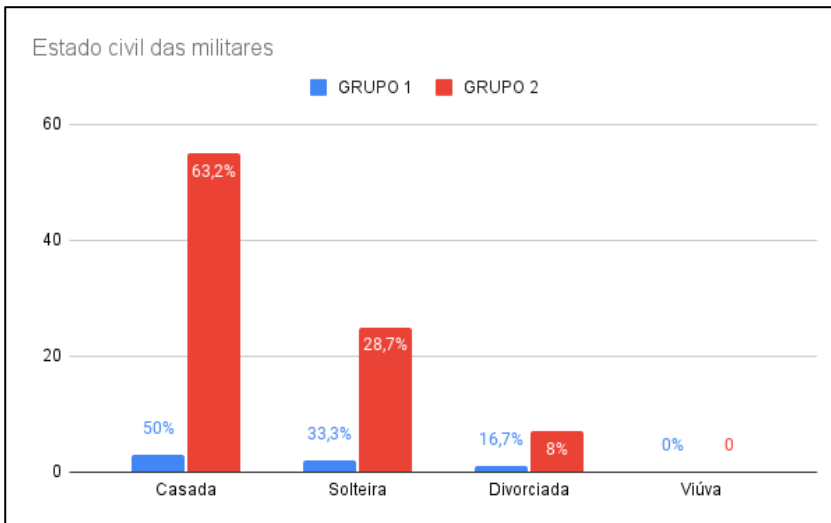
### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foram recebidas 93 respostas ao questionário, sendo 6 do GRUPO 1 e 87 do GRUPO 2, com participação de Oficiais de carreira de diversos quadros e de todas as regiões do Brasil. Tais respostas auxiliaram na percepção dos fatores que restringem e dos que incentivam seu voluntariado em Missões de Paz da ONU.

### 3.1 FAMÍLIA X CARREIRA

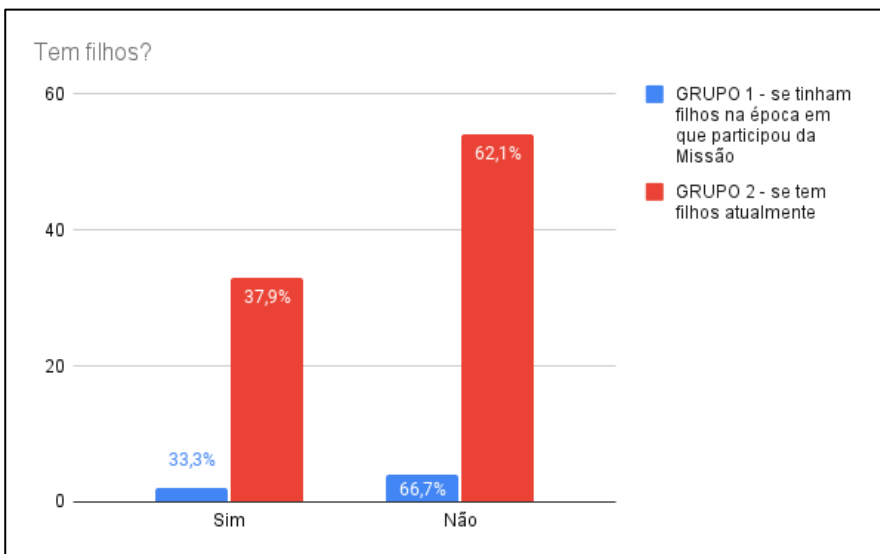
Um dos fatores citados pela Iniciativa Elsie (GUITTONI; LEHOUCK; WATSON, 2018) como uma das barreiras para a participação feminina em Missões de Paz é a questão familiar, especialmente quando estas militares têm filhos, tendo em vista que essas mães teriam que se afastar por longos períodos de sua família.

**Gráfico 1** Estado civil das militares



Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 2** Informação sobre filhos das militares



Fonte: elaboração própria

Observa-se no GRUPO 1 que, embora a metade das mulheres sejam casadas na época da missão, a maioria delas não tinha filhos neste período.

Com relação ao perfil familiar das oficiais do GRUPO 2, mais de 60% delas são casadas, e 62,1% não têm filhos.

Quando há filhos, estes são, na maioria, menores de 18 anos. 62,5% deste total são menores de 5 anos.

**Gráfico 3** Idade dos filhos Grupo 2



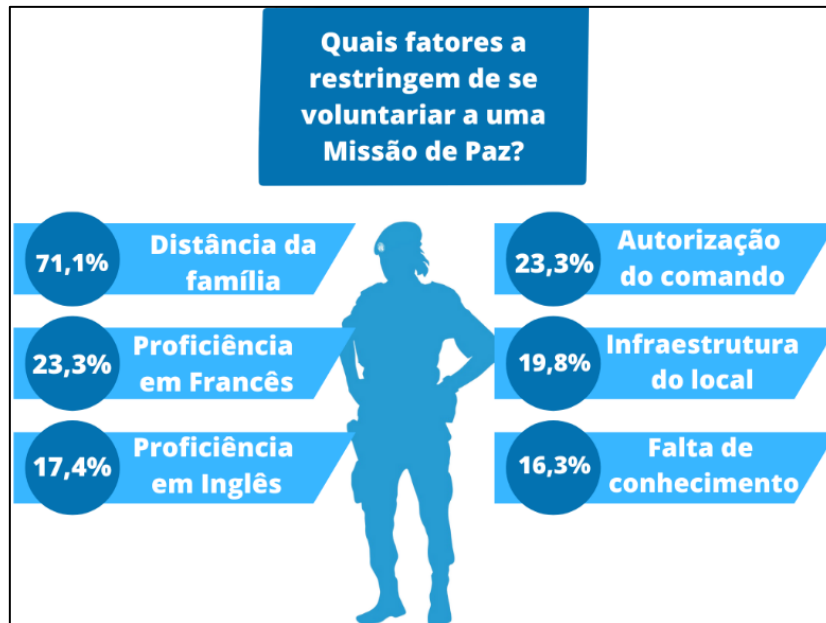
Fonte: elaboração própria

O fato de 62,5% dos filhos serem menores que 5 anos ajuda a entender o próximo item “probabilidade de se voluntariar para uma Missão de Paz”, em que a soma das respostas “baixa” e das “muito baixa” resultam em 50,6%.

**Gráfico 4** Probabilidade de se voluntariar em Missão de Paz Grupo 2

Fonte: elaboração própria

Para se compreender melhor o motivo da baixa probabilidade de se voluntariar a uma Missão, perguntou-se qual fator restringiria a participação das entrevistadas em uma Missão de Paz e obteve-se o seguinte infográfico:

**Figura 1** Fatores restritores para voluntariado em Missão de Paz Grupo 2

Fonte: elaboração própria

Vale ressaltar outros motivos citados, embora cada um por apenas por uma militar diferente:

1. “Sou voluntária há anos, mas meu nome fica estagnado na cadeia de comando”;

2. “Já fui voluntária quando não tinha filhos, mas a OM me barrou”;

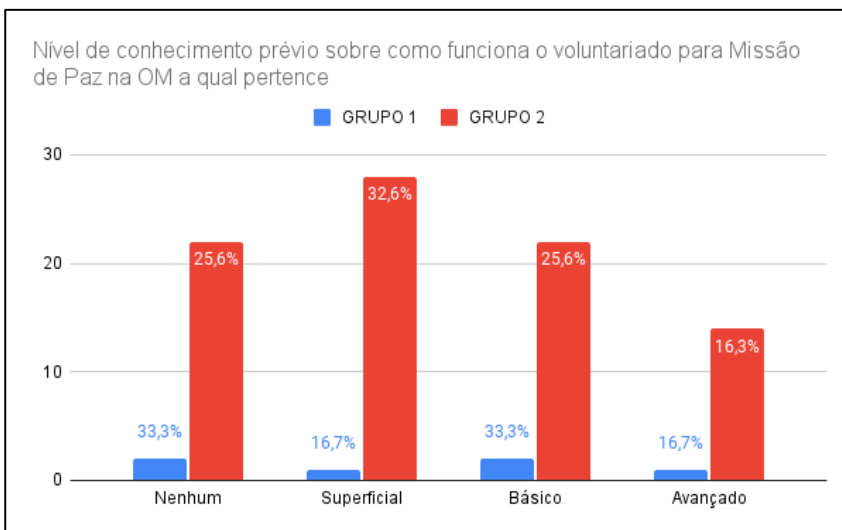
3. “A missão de ser mãe tem prioridade sobre a Missão de Paz. Fui voluntária antes dele nascer e não fui convocada. A necessidade do meu filho pelo amor de mãe é muito maior nos 7 primeiros anos de vida dele. Além disso, ele não tem o pai presente, que inclusive já participou de algumas Missões”.

Esse último relato ressalta o fato de como a concepção de guerra, paz e segurança internacional continua conectada tradicionalmente à imagem do militar masculino, uma vez que esses assuntos são culturalmente associados ao sexo masculino (DANTAS, 2018). Dessa forma, o papel da mulher é visto como o de fornecer apoio e cuidado da família, enquanto o homem tem a possibilidade de aumentar seu grau operacional como militar.

### 3.2 CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE A MISSÃO

Ao se perguntar ao GRUPO 1 acerca do nível de conhecimento prévio sobre como funciona o voluntariado para a Missão de Paz na OM a que pertence, percebeu-se que embora 50% delas não tivessem tal conhecimento ou este fosse superficial, a ambição de participar de uma Missão de Paz ainda era maior que a desinformação.

**Gráfico 5** Nível de conhecimento no voluntariado em Missão de Paz



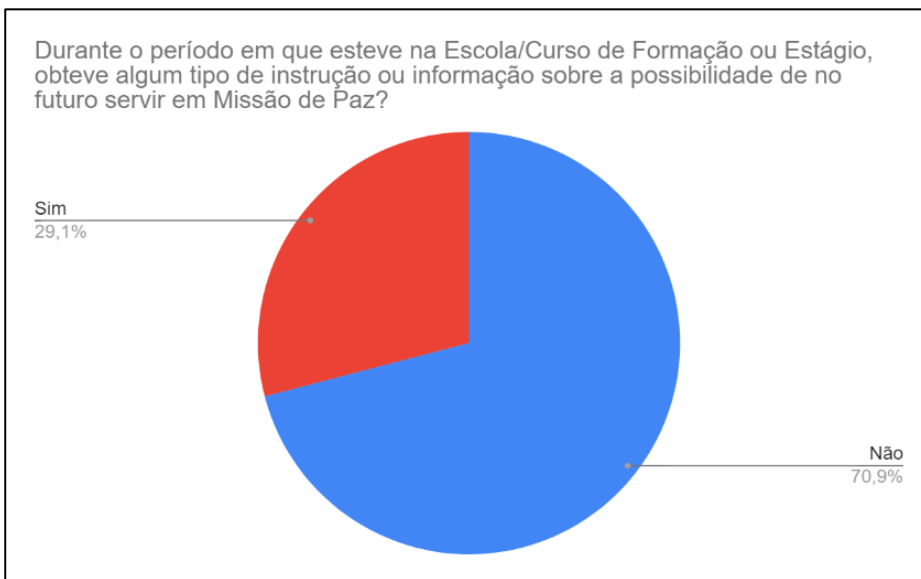
Fonte: elaboração própria

Com relação ao GRUPO 2, mais de um quarto das militares não tem conhecimento sobre o voluntariado, enquanto 32,6% apresentam um conhecimento superficial.

Apenas uma militar do GRUPO 1, durante o período em que esteve na Escola/Curso de Formação ou Estágio, obteve algum tipo de instrução sobre a possibilidade de um dia servir em Missão de Paz. A militar informou que assistiu a uma palestra de um militar que havia participado de Missões de Paz.

No GRUPO 2, mais de 70% não obtiveram instrução ou informação durante a formação de que no futuro poderiam servir em Missão de Paz.

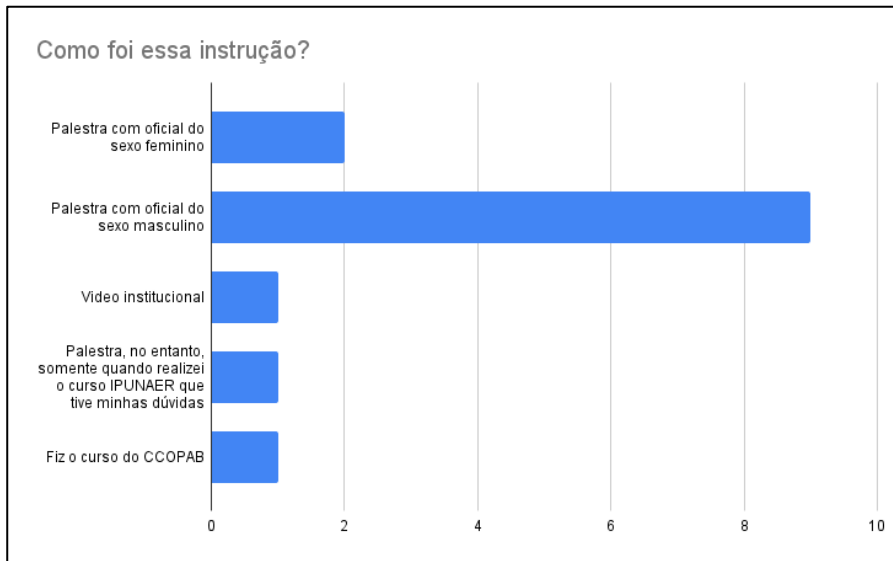
**Gráfico 6** Nível de conhecimento no voluntariado em Missão de Paz Grupo 2



Fonte: elaboração própria

Quando houve a referida noção, nota-se que boa parte das informações recebidas advieram de palestras ministradas por militares do sexo masculino que haviam participado de Missão de Paz. Dessa forma, portanto, muitas dúvidas específicas das atividades desempenhadas pela mulher militar<sup>5</sup> em uma Operação de Paz não puderam ser sanadas.

<sup>5</sup> Algumas das atividades que podem ser desempenhadas por uma mulher militar envolvem patrulha e monitoramento, nas quais elas realizam patrulhas em áreas passíveis de coleta de informações sobre a situação local; segurança e proteção de áreas específicas, como acampamentos e instalações importantes; apoio humanitário e assistência à população local, com distribuição de suprimentos e apoio médico; diálogo com a comunidade local, comunicando-se com líderes

**Gráfico 7** Tipo de instrução sobre Missão de Paz Grupo 2

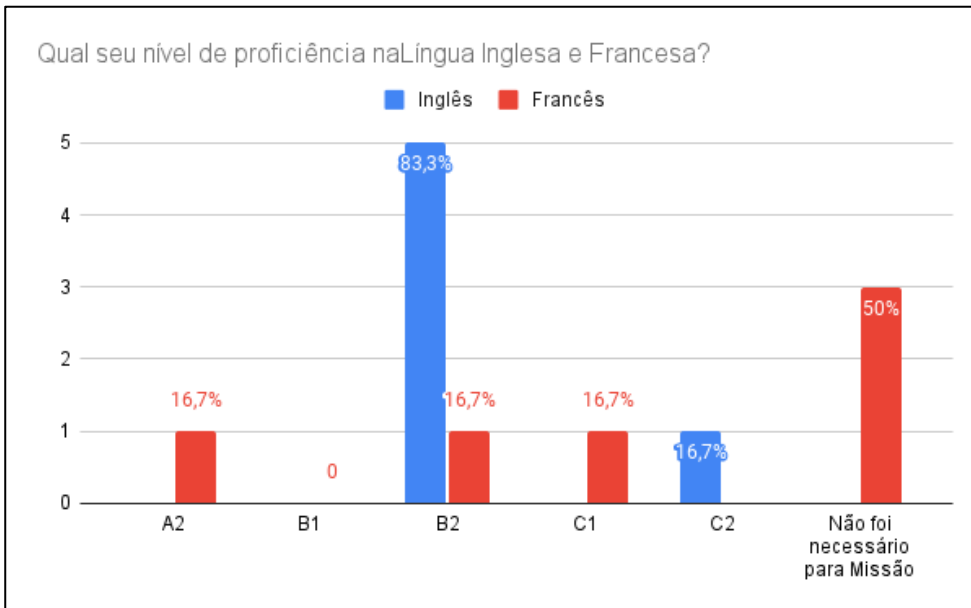
Fonte: elaboração própria

### 3.3 PROFICIÊNCIA NA LÍNGUA ESTRANGEIRA

A proficiência em línguas estrangeiras é um dos principais fatores levados em conta para se servir em uma Missão de Paz. Tendo em vista que o contato com os demais militares não brasileiros e a população local será um fato rotineiro, perguntou-se às militares de ambos os grupos o nível de proficiência na Língua Inglesa (necessário para Missão) e na Francesa (importante para a comunicação, principalmente devido à grande quantidade de operações em países francófonos).

---

comunitários, grupos de mulheres locais e outros atores relevantes; treinamento e capacitação das forças de segurança locais, treinando as mulheres das forças locais, fornecendo instrução em área de direitos humanos, proteção de civis e habilidades técnicas.

**Gráfico 8** Nível de proficiência em Inglês e em Francês Grupo 1

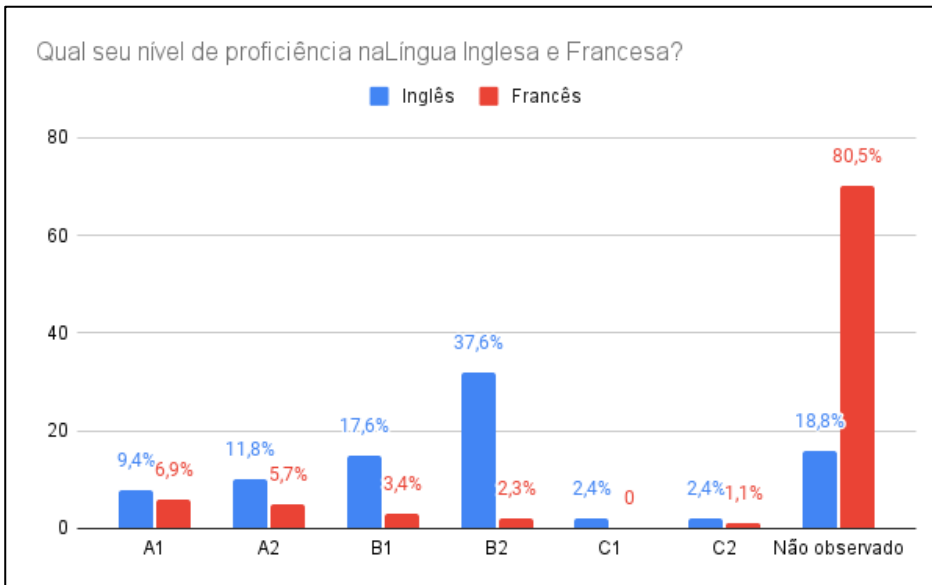
Fonte: elaboração própria

Ao se questionar o GRUPO 1 sobre as maiores dificuldades enfrentadas durante a Missão, das 6 respostas obtidas, 3 citaram o quesito idiomático:

1. “Ausência da família e inglês”;
2. “Sotaque muito forte dos indianos, australianos e norte-americanos”; e

3. “Nos três primeiros meses, a língua é um desafio. São muitos sotaques diferentes e nós não falamos inglês o nosso dia a dia no Brasil. Então falar quase que o tempo todo em outra língua e compreender os outros colegas não é tão simples no começo. Trabalhei em setor de operações e perguntando a outro colega do EB sobre conceitos operacionais, como quantidade de pessoas em batalhão, pelotão e companhia e como escrever determinados termos em documentos operacionais de planejamento.”

Já para as Oficiais do GRUPO 2, como foi apresentado na Figura 1, entre os fatores que restringem o voluntariado em Missão de Paz, o baixo nível de proficiência nas Línguas Inglesa e Francesa soma 40,7% do total das respostas, o que reforça quanto esse fator ainda é uma das barreiras para o voluntariado dessas militares.

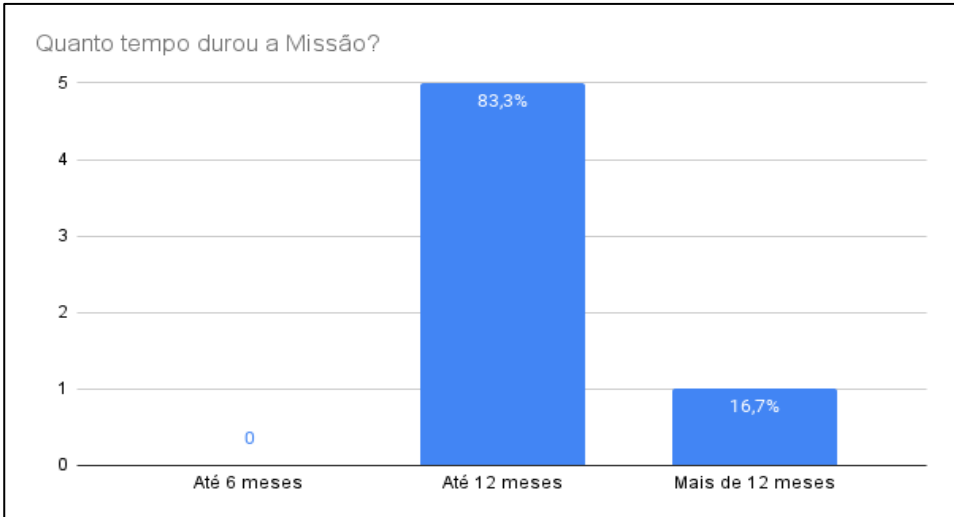
**Gráfico 9** Nível de proficiência em Inglês e em Francês Grupo 2

Fonte: elaboração própria

### 3.4 TEMPO DE MISSÃO

O tempo de desdobramento da Missão é um fator importante a ser analisado e levado em conta pelas Oficiais ao decidir entre se voluntariar ou não. Esse fator está diretamente ligado com o quesito familiar, pois o tempo permanecido fora de casa influi no relacionamento interpessoal da família da militar.

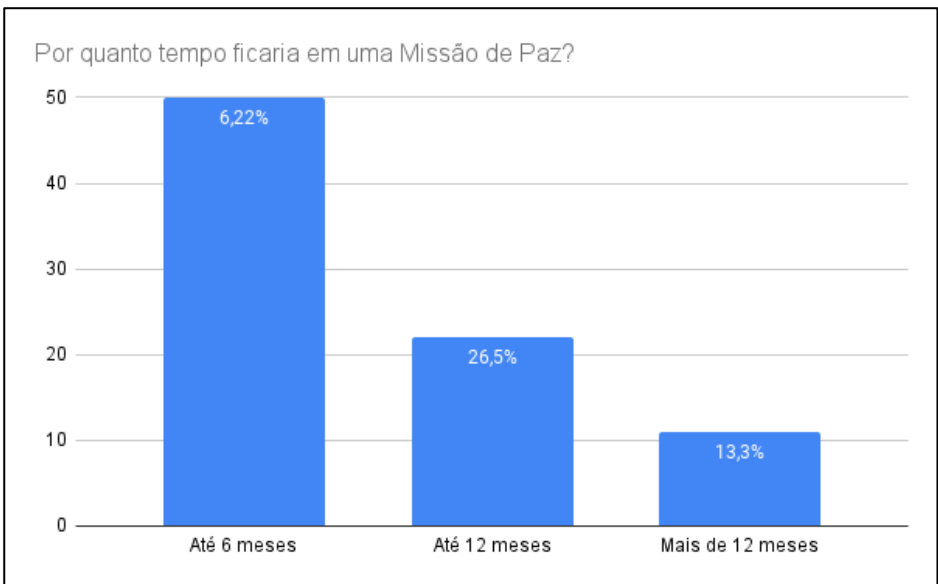
**Gráfico 10** Duração da Missão Grupo 1



Fonte: elaboração própria

Para 60,2% das Oficiais do GRUPO 2, o tempo em que elas se disponibilizariam em Missão de Paz não excederia 6 meses. Vale ressaltar que não existe um tempo “oficial” e fixo de permanência, porém a maioria dos militares passa 1 ano na Missão, podendo o prazo ser estendido ou encurtado, devido à volatilidade da carreira militar e das situações que podem ocorrer durante a Operação.

**Gráfico 11** Tempo que ficaria em Missão de Paz Grupo 2

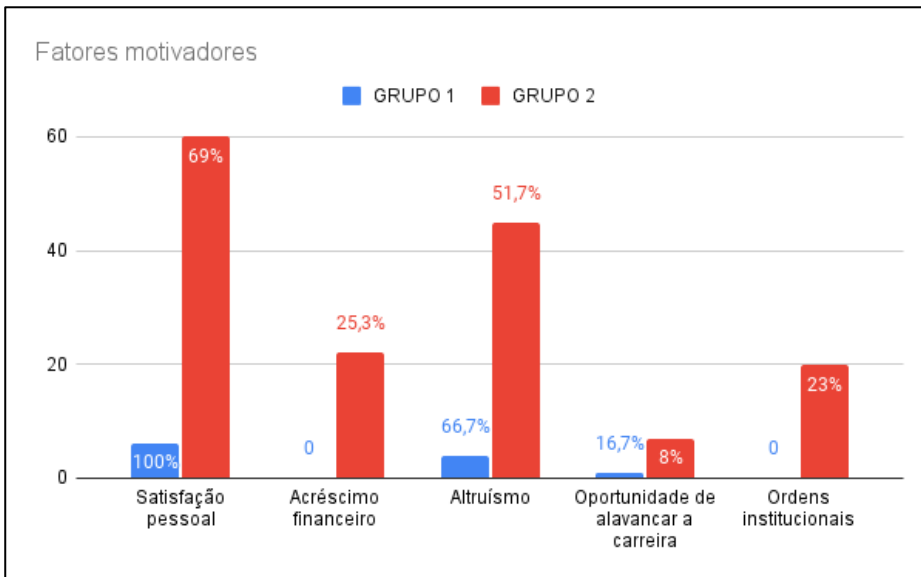


Fonte: elaboração própria

### 3.5 FATORES MOTIVADORES

Servir em uma Missão de Paz requer, além de tudo, motivação do militar. Principalmente pelo fato de se encontrar distante da família, em um país diferente, com diferentes culturas, a necessidade de encontrar fatores motivadores intrínsecos mostra-se muito importante para o militar em um cenário de Operação de Paz. O fator “ordens institucionais” foi colocado como opção pela autora devido à possibilidade de a militar ser convocada pelo Comando.

**Gráfico 12** Fatores motivadores Grupo 1



Fonte: elaboração própria

Vale salientar outras respostas obtidas no GRUPO 2 como:

1. “Percepção de propósito na missão”;
2. “Oportunidade de ampliar meu conhecimento sobre a humanidade, e poder aplicar ele no meu trabalho”;
3. “Representar o Brasil nas missões humanitárias”;
4. “Oportunidade de conhecer outros países”;
5. “Contribuição para melhorar os relacionamentos”.

### 3.6 ASPECTOS ESPECÍFICOS DA MISSÃO

Ao se perguntar ao GRUPO 1 se elas acreditam que deveria haver um treinamento específico para mulheres em Missão de Paz, quatro responderam que não, e duas responderam que sim. Em caso afirmativo, perguntou-se o que deveria ser incluído no treinamento, e obtiveram-se as seguintes respostas:

1. “Atividades que possam ensinar estratégias em como auxiliar mulheres locais, em como coletar informações de forma precisa e eficiente, em como se proteger em ambientes instáveis, como lidar com assédio e abuso sexual. Além de incluir treinamentos com cenários mais operacionais e próximos do que será encontrado em uma Missão de Paz”;

2. “É importante a parte técnica ser igual, porém poderia acrescentar conteúdo cultural, em especial, sobre a cultura muçulmana e africana, pois há diferença do papel da mulher na sociedade. Compreendendo esse papel pode facilitar na abordagem com esses povos. Aprender um pouco da língua local também ajuda nessa criação de conexão. Por fim, aulas de defesa pessoal podem ser importantes, uma vez que as militares não andam armadas e há áreas de conflito em que a exposição é maior”.

Questionou-se, ainda, se, durante a Missão, vivenciou-se alguma situação em que foi observado que era essencial a presença de uma mulher militar na ocasião. Obteve-se uma resposta positiva:

1. “Atividades desenvolvidas na campanha da eliminação de violência contra a mulher dentre outras. Além de coletar informações junto das mulheres locais para emprego nas operações militares da missão”.

Não existem, atualmente, no âmbito do COMAER, cursos específicos para o preparo de militares para Missão de Paz. Para isso, a FAB indica que esses militares realizem o curso em organizações como o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), e centros de instrução de Forças Armadas de outros países. O CCOPAB realizou, em 2021, no período de 22 de novembro a 03 de dezembro, o Estágio de Preparação Específica de Militares do Sexo Feminino para Missão de Paz (EPESFMP), um estágio piloto, coordenado pelo Exército, que considerou a Resolução 1325 do CSNU, as prerrogativas da Agenda Mulheres, Paz e Segurança e a Estratégia de Paridade de Gênero, para proporcionar conhecimentos específicos às militares, a fim de melhor capacitá-las para Missões de Paz, desenvolvendo competências emocionais, físicas e intelectuais (DEFESANET, 2021).

Porém o estágio, que não retornou em 2022, não contou com a participação de militares da FAB; 15 eram do Exército Brasileiro, e 7, Policiais Militares. Dessa forma verifica-se a necessidade de maior inclusão da FAB em atividades das Forças Amigas relacionadas com a preparação de militares para Missão de Paz, uma vez que em tal Força não há um curso específico para aquele fim.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou um levantamento dos fatores motivadores e restritores à participação feminina de Oficiais da FAB em Missões de Paz da ONU. Com a evolução das formas de conflitos mundiais, a ONU vem aumentando sua gama de atuação em busca da paz mundial. Uma dessas formas de atuação é com a maior presença de mulheres, tendo em vista que elas têm um importante papel, tanto nas mesas de negociação como nas operações de paz, sua participação direta, em Missões de Paz, pode ajudar a prevenir os crimes de violência sexual, a proteger indivíduos, principalmente mulheres e meninas, e a obter informações importantes da população local, considerando que em muitos lugares é proibido o contato de mulheres locais com homens.

A Resolução 1325 (CSNU, 2000) e a Agenda Mulheres, Paz e Segurança foram as principais a tratar da importância da participação feminina no processo de consolidação da paz e a incentivar que os Estados-membros do CSNU trabalhem de forma a ampliar o quantitativo de mulheres enviadas aos locais das operações.

Com o objetivo de aumentar o quantitativo de mulheres *Peacekeepers*, a Força Aérea Brasileira vem, ao longo dos anos, preparando e desdobrando militares para participar de Missões de Paz.

Por meio das 93 respostas obtidas pelo questionário aplicado às militares que já participaram e às que não, pôde-se aferir que a distância da família, principalmente quando elas têm filhos, é o óbice primordial para o seu não voluntariado. Talvez pelo fato de ainda hoje recair sobre a mulher a grande responsabilidade de cuidar da família, especialmente dos filhos, elas decidem não participar de uma Missão de Paz.

Por outro lado, os fatores como satisfação pessoal, altruísmo e oportunidade de alavancar a carreira, foram citados pelas militares que participaram como motivadores. O fator acréscimo financeiro foi citado pelas militares que não participaram de Missão de Paz, mas não o principal.

Os resultados obtidos, em conjunto com tais depoimentos, levam à constatação de que a FAB, no intuito de alcançar o preconiza o Plano Nacional de Ação (PNA), deveria investir em estratégias

cujo objetivo seja incentivar sobretudo Oficiais Subalternas (Aspirante, 1º Tenente e 2º Tenente) a se engajarem no voluntariado em Missão de Paz. Isso, porque essas militares recém-formadas têm maior aspiração em servir em tais missões, e muitas ainda não constituíram famílias com filhos. Após a missão, ainda retornariam ao Brasil em uma idade confortável para iniciar sua vida familiar.

As mulheres atribuíram o fator proficiência em línguas como um dos óbices ao voluntariado. Convênios com instituições particulares, realização de cursos à distância e presenciais de línguas poderiam reduzir esse fator restritor no médio e longo prazos.

Embora o tempo de missão não tenha aparecido como um fator dominante na decisão de voluntariado das militares, a maioria delas prefere tempo de até 6 meses de desdobramento (50 militares), enquanto 22 ficariam até um ano, e 11 mais de um ano. O fato de a maioria das respondentes terem filhos menores que 5 anos colabora para esse resultado.

A pesquisa não teve a intenção de abordar todos os aspectos do tema, mas contribuiu para identificar os principais fatores que podem limitar a participação das mulheres em Missões de Paz. O estudo se restringiu à análise da realidade das mulheres FAB, mas é viável e encorajado expandi-lo para incluir as outras Forças Armadas, a fim de obter uma visão mais abrangente e completa.

A presença das mulheres nessas operações não apenas pode ser valiosa no ambiente operacional, mas também contribui para o cumprimento dos compromissos do Brasil perante a ONU. Além disso, reforça o compromisso do país em ser um Estado que valoriza a igualdade e a justiça como princípios fundamentais de uma sociedade comprometida com a resolução pacífica de controvérsias.

## REFERÊNCIAS

- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. Educação Ambiental Comunitária: uma Experiência com a Técnica de Pesquisa Snowball (Bola de Neve). **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193> . Acesso em: 13 dez. 2022.
- BERNARD, Russell. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: Altamira Press, 2005.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 01 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf). Acesso em: 02 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2020. Disponível: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf) . Acesso em: 02 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Operações de Paz (MD34-M-02)**. 3. ed. Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md34a\\_ma\\_02a\\_manuala\\_opa\\_paza\\_3eda\\_2013.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md34a_ma_02a_manuala_opa_paza_3eda_2013.pdf) Acesso em: 05 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Participação de Militares do COMAER em Operações de Paz (ICA 35-14)**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.sislaer.fab.mil.br/>. Acesso em: 30 abr 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf). Acesso em: 02 set. 2022.
- BRASIL. **Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA)**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/1209-Plano-Nacional-de-Acao-sobre-Mulheres-Paz-e-Seguranca.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). **Resolução 1325**, 2000. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/06/Resolucao-1325-CS-ONU.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.
- DANTAS, Stella. **Mulheres e Forças Armadas: Uma Análise da Participação Feminina nas Forças Armadas Brasileiras**. P.100. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relação Internacional) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13920/1/SRMD25.03.2019.pdf>. Acesso em 10 jun. 2023.
- DEPARTMENT OF PEACE OPERATIONS (DPO). **Uniformed Gender Parity Strategy 2018-2028**. Nova Iorque, 2018. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/uniformed-gender-parity-2018-2028.pdf>. Acesso em 17 mai. 2022.

FAN, Ricardo. Mulheres militares realizam Estágio de Preparação Específico para Missão de Paz. **DefesaNet**, 2021. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/onu/noticia/42967/mulheres-militares-realizam-estagio-de-preparacao-especifico-para-missao-de-paz/>. Acesso em: 30 de abr. de 2023.

FRITZ, Jan Marie. **Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais**. P. 14. Artigo baseado em uma apresentação feita no XI Congresso Centro-Americano de Sociologia, San Salvador, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/b79XSHm3XBT988LLj5H35mn/?lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GIANNINI, Renata; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. “Situações Extraordinárias – a entrada das mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras”. In: **Instituto Igarapé**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em 10 jun. 2023.

GUITTONI, Marta.; LEHOUC, Léa.; WATSON, Callum. **Elsie Initiative for Women in Peace Operations: Baseline Study**. Genebra, 2018. Disponível em: [https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/Elsie\\_Baseline\\_Report\\_2018.pdf](https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/Elsie_Baseline_Report_2018.pdf). Acesso em: 05 set. 2022.

HARMAN, Eduarda; GIANNINI, Renata; PEREIRA, Pérola Abreu. **Mulheres brasileiras em Missões de Paz: a coragem em dados e relatos**, 2019. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44\\_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf). Acesso em: 06 set. 2022.

HISTORY OF THE United Nations. **United Nations**, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz**, 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/lannesmanutencaodapaz.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MORAES, Luiz Felipe Dias. Missão de paz. In: FRANÇA, Leandro Ayres (coord.); QUEVEDO, Jéssica Veleda; ABREU, Carlos A F de (orgs.). **Dicionário Criminológico**. 2.ed. Porto Alegre: Editora Canal de Ciências Criminais, 2021. Disponível em: <https://www.crimlab.com/dicionario-criminologico/missao-de-paz/80>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MORAIS, Pamela. Missão de Paz: você entende o que é isso? **Politize**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/missao-de-paz-o-que-e/>. Acesso em 31 mai. de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PAIVA, Camila de Almeida. **Maior Inserção de Militares do Segmento Feminino do EB em Missões de Paz Sob a Égide da ONU**, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3139/1/TCC%20%20Cap%20Camila%20Paiva.pdf>. Acesso em 19 ago. 2022.

REBRAPAZ. **Perspectiva de Gênero Acerca da Iniciativa Action for Peacekeeping**, 2019. Disponível em: <https://rebrapazblog.files.wordpress.com/2019/06/rebrapaz-gt4-working-paper-2019.pdf>. Acesso em 05 de set. 2022.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. **A Mulher Militar e sua Integração nas Forças Armadas**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2256/2142>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, Marcelo de Moura. **Mulheres, paz e segurança**: desafios e possibilidades para a participação de mulheres da Força Aérea Brasileira em operações de paz das Nações Unidas. Brasília, 2019.

TAKAHASHI, Emília. **Homens e mulheres em campo**: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese (Doutorado em Educação-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 2002.

TROOP Contributing Countries achieving gender parity targets. **United Nations**, 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/gender>. Acesso em: 09 jun. de 2023.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations; Department of Field Support. **Principles and guidelines (DOCTRINA CAPSTONE)**. Nova Iorque, 2008. Disponível em: [https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone\\_eng\\_0.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf). Acesso em: 17 ago. 2022.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations; Department of Field Support. **DPKO Guidelines: Integrating a Gender Perspective into the Work of the United Nations Military in Peacekeeping Operations**. New York, 2010. Disponível em: [https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpko\\_dfs\\_gender\\_military\\_perspective.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpko_dfs_gender_military_perspective.pdf). Acesso em: 19 ago. 2022.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO GRUPO 1**

1. A que Posto a Sra. pertencia na época da Missão?  
\_\_\_\_\_
  
2. A qual quadro a Sra. pertence? Exemplo: médica, enfermeira, intendência, engenharia, entre outros.  
\_\_\_\_\_
  
3. Em qual faixa etária se encontrava na época da Missão?
  - De 25 a 30 anos
  - De 31 a 36 anos
  - De 37 a 42 anos
  - De 43 a 48 anos
  - De 49 a 54 anos
  - Acima de 55 anos
  
4. Estado civil na época da Missão:
  - Casada
  - Solteira
  - Divorciada
  - Viúva
  
5. Tinha filhos na época em que participou da Missão?
  - Sim
  - Não
  
6. Se sim, quantos filhos e qual a idade deles na época da Missão?  
\_\_\_\_\_
  
7. Obtive apoio da minha família para ir à Missão de Paz:
  - Concordo totalmente
  - Concordo parcialmente
  - Não houve diferença
  - Discordo parcialmente
  - Discordo totalmente

8. O que motivou a Sra. a participar da Missão de Paz?

- Satisfação pessoal
- Acréscimo financeiro
- Altruísmo
- Oportunidade de alavancar minha carreira
- Ordens institucionais
- Outro: \_\_\_\_\_

9. Quais fatores a restringem de se voluntariar a uma Missão de Paz?

- Distância da família
- Proficiência na Língua Inglesa
- Proficiência em Francês
- Infraestrutura do local
- Não possui interesse
- Outro: \_\_\_\_\_

10. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante a Missão?

\_\_\_\_\_

11. No local de sua Missão, as instalações e equipamentos eram adequados?

\_\_\_\_\_

12. A Sra. acredita que participar de uma Missão de Paz causou um alavancamento na carreira?

- Com certeza alavancou
- Alavancou moderadamente
- Não houve diferença
- Prejudicou moderadamente
- Com certeza prejudicou

13. Qual nível de conhecimento prévio tinha sobre como funciona o voluntariado para Missão de Paz na OM à qual pertence?

- Avançado
- Superficial
- Básico
- Nenhum

14. Durante o período em que esteve na Escola de Formação, obteve algum tipo de instrução ou informação sobre a possibilidade de no futuro servir em Missão de Paz?

- Sim

- Não

15. Qual seu nível de proficiência na Língua Inglesa?

- A1
- A2
- B1
- B2
- C1
- C2

16. Qual seu nível de proficiência em Francês?

- A1
- A2
- B1
- B2
- C1
- C2

17. Quanto tempo durou sua Missão?

- Até 6 meses
- Até 12 meses
- Mais de 12 meses

18. A Sra. acredita que deveria haver um treinamento específico para mulheres em Missão de Paz?

- Sim
- Não

19. Em caso afirmativo, o que deveria ser incluído nesse treinamento?

---

20. Durante a Missão, vivenciou alguma situação em que observou que era essencial a presença de uma mulher militar na ocasião?

- Sim
- Não

21. Em caso afirmativo, poderia relatar em qual situação ocorreu?

---

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO GRUPO 2**

1. A que Posto Sra. Pertence?

\_\_\_\_\_

2. A qual quadro a Sra. pertence? Exemplo: médica, enfermeira, intendência, engenharia, entre outros.

\_\_\_\_\_

3. Em qual região do Brasil a Sra. encontra-se atualmente?

- Norte
- Nordeste
- Sul
- Sudeste
- Centro Oeste

4. Em qual faixa etária se encontra?

- De 25 a 30 anos
- De 31 a 36 anos
- De 37 a 42 anos
- De 43 a 48 anos
- De 49 a 54 anos
- Acima de 55 anos

5. Estado civil:

- Casada
- Solteira
- Divorciada
- Viúva

6. Tem filhos?

- Sim
- Não

7. Em caso afirmativo, cite quantos filhos e qual a idade deles:

\_\_\_\_\_

8. Qual a probabilidade de a Sra. ser voluntária a participar de uma Missão de Paz?

- Muito alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito baixa

9. O que motivaria a Sra. a participar de uma Missão de Paz?

- Satisfação pessoal
- Acréscimo financeiro
- Altruísmo
- Oportunidade de alavancar minha carreira
- Ordens institucionais
- Outro: \_\_\_\_\_

10. Quais fatores a restringem de se voluntariar a uma Missão de Paz?

- Distância da família
- Proficiência na Língua Inglesa
- Proficiência em Francês
- Infraestrutura do local
- Não possuo interesse
- Outro: \_\_\_\_\_

11. A Sra. acredita que participar de uma Missão de Paz alavancaria sua carreira?

- Com certeza alavancaria
- Alavancaria moderadamente
- Não haveria diferença

- Prejudicaria moderadamente
- Com certeza prejudicaria

12. Qual nível de conhecimento prévio a Sra. tem sobre como funciona o voluntariado para Missão de Paz na OM à qual pertence?

- Avançado
- Superficial
- Básico
- Nenhum

13. Durante o período em que esteve na Escola de Formação, obteve algum tipo de instrução ou informação sobre a possibilidade de no futuro servir em Missão de Paz?

- Sim
- Não

14. Qual seu nível de proficiência na Língua Inglesa?

- A1
- A2
- B1
- B2
- C1
- C2
- Não observado

15. Qual seu nível de proficiência em Francês?

- A1
- A2
- B1
- B2
- C1
- C2
- Não observado

16. Por quanto tempo a senhora ficaria em uma Missão de Paz?

- Até 6 meses
- Até 12 meses
- Mais de 12 meses

## **ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Título da Pesquisa: “Maior inserção do segmento feminino de Oficiais da Força Aérea Brasileira em Missões de Paz da ONU”.

Nome do Pesquisador Principal ou Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Simone Aparecida A. Lima Boero.

Nome do Pesquisador assistente/aluno: Ana Paula da Paixão Miranda.

Instituição: Academia da Força Aérea.

A sra. está sendo convidada a participar desta pesquisa, que tem por finalidade levantar o perfil profissional e pessoal das Oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) que já serviram ou servem em Missões de Paz da ONU, e as que não serviram em Missões de Paz, de forma que se possa analisar os fatores que levam essas militares a se voluntariar e os motivos que impedem o seu voluntariado.

### **Objetivos**

Realizar um questionário destinado às Oficiais do segmento feminino da FAB que já participaram ou participam de Missão de Paz da ONU, comparando com as que não participaram de Missão de Paz, de forma que se possa delinear, mediante a análise empreendida, o perfil destas militares, buscando compreender os fatores que interferem em seu voluntariado, além de coletar experiências vividas no local da Missão.

### **Justificativa**

Devido a um baixo número de militares do sexo feminino da FAB em Missões de Paz da ONU, comparado ao que recomenda a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil busca aumentar este quantitativo, buscando incentivar a maior participação de mulheres nas Missões e atender às recomendações da Organização das Nações Unidas.

## **Procedimentos com o Participante da Pesquisa**

A pesquisa será destinada à participantes de dois grupos: Grupo 1 – mulheres Oficiais da FAB que já serviram ou estão servindo em Missão de Paz da ONU. Grupo 2 – mulheres Oficiais da FAB que nunca serviram em Missão de Paz. Por meio de um contato realizado com o Estado Maior da Aeronáutica, tem-se a informação de que 8 mulheres já participaram de Missão de Paz anterior e 3 estão servindo atualmente. Já as componentes do Grupo 2 serão selecionadas pela técnica de Snowball. A quantidade de participantes deste GRUPO 2 será determinada, portanto, após o encerramento do prazo estipulado pela pesquisadora para que o questionário seja respondido (28/04/23). O questionário possui duração média de 7 minutos. O consentimento será enviado por e-mail individualizado às participantes.

## **Riscos e desconfortos**

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, entretanto, esclareço que havendo desconforto relacionado ao tempo gasto para responder ao questionário, constrangimento em responder a alguma pergunta pessoal ou sobre o local de trabalho, ou qualquer outro desconforto, as participantes têm a liberdade de não responder às questões, podendo interromper a participação a qualquer momento. Esclareço também que há, ainda que mínimo, o risco de vazamentos de dados,

## **Benefícios**

Não há benefícios diretos às participantes.

## **Garantias**

Haverá manutenção do sigilo e da privacidade durante todas as fases da pesquisa. As participantes terão direito a uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinada pela pesquisadora. As participantes terão plena liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em participar em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a assistente e a orientadora terão conhecimento dos dados.

É garantida indenização em casos de danos, comprovadamente, decorrentes da participação na pesquisa, por meio de decisão judicial ou extrajudicial. Não há qualquer valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação. No entanto, caso haja qualquer despesa decorrente da participação na

pesquisa, haverá ressarcimento na forma de compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como despesas hospitalares, consulta médica no hospital, transporte e alimentação, entre outras.

### **Contatos**

Nome do pesquisador: Simone Aparecida Alves Lima Boero.

E-mail: [slboero@gmail.com](mailto:slboero@gmail.com).

Instituição: Academia da Força Aérea.

Telefone: (19) 3565-7249.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) da FZEA/USP: Av. Duque de Caxias Norte, 225. Jd. Elite. CEP: 13635-900. Pirassununga/SP. E-mail: [cepfzea@usp.br](mailto:cepfzea@usp.br). Fone: (19) 3565-6759.

Definição de Comitê de Ética em Pesquisa: Um CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

### **Aprovação da pesquisa**

Número CAAE: 65186922.3.0000.5422. Data da aprovação: 26/01/2023.